



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de
gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DAS MULHERES NEGRAS NO SERVIÇO SOCIAL

DAIANA CRISTINA DO NASCIMENTO¹

RESUMO

O artigo trata-se do recorte do doutorado em andamento com o objetivo de analisar a produção de conhecimento das mulheres negras no Serviço Social, uma pesquisa de reflexão teórica ancorada no método dialético. Espera-se que o presente estudo fortaleça o movimento em curso por dentro da categoria profissional para a implementação de um currículo radicalmente racializado.

Palavras-chave: Mulheres negras. Produção de Conhecimento. Serviço Social. Currículo Racializado.

ABSTRACT

This article is an excerpt from an ongoing doctorate that aims to analyze the knowledge production of black women in Social Work, a theoretical reflection research anchored in the dialectical method. It is expected that this study will strengthen the ongoing movement within the professional category for the implementation of a radically racialized curriculum.

Key-words: Black women. Production of knowledge. Social Work. Racialized Curriculum.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa suscitar reflexões teóricas sobre a produção de conhecimento das mulheres negras no Serviço Social. O percurso investigativo tem como centralidade a produção do conhecimento das mulheres negras assistentes sociais, pesquisadoras, docentes com compromisso ético-político, produções de pesquisa, ensino, extensão e militância direcionados ao

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

enfrentamento do racismo nas suas distintas manifestações na sociedade capitalista.

O nó e as demais complexidades que conduziram a proposta do presente estudo adveio da inserção desta pesquisadora no trabalho profissional, nos coletivos de discentes negras/os/es da Pós-Graduação; atrelada a divisão sexual e racial do trabalho, o quantitativo exíguo de mulheres negras nos espaços institucionalizados de produção de conhecimento resultando na ausência de representação simbólica. Da lacuna de pesquisas que realizem a crítica radical da falta de diversidade racial nos currículos.

Frente a realidade que nos interpela, a análise visa endossar o movimento em curso por dentro do Serviço Social para a materialização de um currículo radicalmente racializado. A pesquisa tem como direcionamento o fortalecimento do projeto ético-político profissional crítico comprometido com a classe trabalhadora heterogênea racializada, generificada e sexualizada e com a construção de uma nova sociabilidade com valores emancipatórios, livre de qualquer opressão colonialista, racista, patriarcal, sexista, heteronormativas e LGBTQIAPN+fóbicas. A produção de conhecimento das mulheres negras se configura como um movimento de rebeldia e resistência, atuando como um mecanismo crucial na luta contra diversas formas de opressão e dominação.

Ao longo do artigo será utilizada a denominação negras e negros, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se refere ao conjunto de pessoas pretas e pardas¹. Será considerado negras e negros como um posicionamento político em confluência com os movimentos sociais negros que utilizam para ratificar a identidade racial que integra historicamente a luta coletiva.

A nomenclatura mulher será utilizada para denominar todas que possui identidade de gênero feminina, tal como as mulheres transexuais e transgêneros. A categoria mulheres negras no plural remete a não homogeneização da categoria "mulher", reconhecendo as diversidades que as compõe seja na idade, classe social, sexualidade, cultural, entre outros contornos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Mulheres negras na formação social brasileira: breves apontamentos

¹ O Brasil é o país com a maior população negra fora do continente africano. De acordo com o censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 212,7 milhões de brasileiros, 56,1% se autodeclararam negros. Desses 56,1%, 9,1% são pretos e 47% são pardos. Do total de 56,1% que se autodeclararam negros, 28% são mulheres negras.

A história das mulheres negras tem sua raiz na África em virtude do sequestro global de pessoas de ascendência africana levados compulsoriamente ao comércio transatlântico para diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil, com vistas a comporem a superexploração compulsória em larga escala em uma economia baseada no latifúndio e na monocultura na fase de acumulação primitiva do capital.

No interior dos navios negreiros os processos subjetivos, identitários e culturais das africanas passaram pelo processo de mortificação do eu e controle dos corpos. Ao ingressarem nos navios, eram marcados por ferro quente, e “um chicote ‘gato de nove caudas’” usado pelos escravistas para açoitar as/os africanas/os que gritassem de dor ou resistirem à tortura” (hooks², 2023, p.41).

É de se inferir que ao chegarem no Brasil, durante o período escravista as africanas foram desumanizadas, coisificadas e apropriadas pelo branco colonizador, sendo o estupro “um método comum de tortura usado pelos escravizadores para subjugar negras recalcitrantes” (hooks, 2023, p. 41). As raízes do estupro estão profundamente ligadas às relações de poder simbólico patriarcal, um sistema de dominação masculina sobre as mulheres descrito por Saffioti (2004). Esse sistema baseia-se na coerção e tem suas origens na propriedade privada, no antagonismo de classe resultante da produção de excedente econômico e na transformação da mulher em um instrumento de reprodução.

O estupro ainda ocupa espaço do interdito, mas reafirma as matrizes hegemônicas incorporadas no imaginário social. Mulheres negras são duplamente espoliadas pela dominação colonial do império e dominação masculina do patriarcado, pode-se inferir que parte da povoação brasileira se concretizou pelo estupro de mulheres negras e indígenas (Cisne; Araújo, 2020).

No patriarcado, os homens estabelecem as hierarquias de gênero e definem os papéis sociais masculino e feminino, influenciando as esferas política, econômica, social e religiosa. Essas relações de poder são manifestadas através do controle e da dominação dos corpos das mulheres. A violência ocorre pelas vias simbólicas de comunicação e das funções sociais determinadas.

É possível afirmar que o regime escravista patriarcal reafirma o sexismo como herança colonial. E o sistema de gênero, definido como um conceito genérico ontológico, corporificado

² bell hooks no livro “e eu não sou uma mulher?” Mulheres Negras e o feminismo descreve com precisão o sexismo a experiência da mulher escravizada nos Estados Unidos, essa travessia no transatlântico rumo as Américas se assemelha a realidade brasileira e justifica o uso da obra da autora. Será utilizado também o livro “Mulher e escrava: uma introdução histórica do estudo da mulher negra no Brasil” da autora brasileira Sonia Giacomini (1988) para caracterizar as mulheres negras no período colonial.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desde quando o sexo biológico passou a ter significado socialmente, em perspectiva patriarcal, corresponde a dominação e exploração (Saffioti, 2015) é hierárquico e racialmente diferenciado. Tal hierarquização difere a humanização entre as mulheres negras e as brancas, a mulher branca era única representação de humanização, visto que a mulher negra era coisa, desumanizada tomada em sua totalidade (Collins, 2019).

Os estudos de Karoline Carula e de Marília B. A (2022) apontam que no período escravista, o trabalho das mulheres negras envolvia a mercantilização de sua maternidade. O leite e a atenção das mulheres negras eram direcionados integralmente para os filhos dos escravistas, enquanto seus próprios filhos eram cuidados pelos irmãos mais velhos e alimentados com leite de animais, papinhas ou miolo de pão amassado com água.

Sendo assim, “quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram desprovidas de gênero, mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (Davis, 2016, p.19), enquanto fêmeas, seus corpos eram violentados na produção de força de trabalho, além de “extrair o leite para amamentar seus futuros opressores” (Gonçalves, 2018, p.362).

As mulheres negras têm historicamente ocupados postos de trabalho precarizados desde o período colonial, Clóvis Moura (1983) explica esse processo através da transição entre o modo de produção escravista e o capitalismo dependente, as ideologias dominantes de raça, racismo, a política fenotípica de branqueamento foram remanejadas para manter a dominação do imperialismo que perpetua no tempo presente.

Nesta transição, o imigrante branco, estrangeiro chega para ser mão de obra, o homem negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do subemprego, foi impedido de vender sua força de trabalho, afinal, necessitava-se de um contingente marginalizado, “da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho, essa franja foi ocupada pelos negros” (Moura, 1983, p.133).

Essa marginalização representa o que é bom é o branco, o negro elemento negativo da sociedade, sendo assim, nesta fase de transição do trabalhador escravizado para o trabalhador livre, os negros foram definidos como o mau cidadão (Moura, 2021). Em consequência desta modificação, inicia-se o processo de pobreza que assola as famílias negras que vem perpetuando de geração em geração.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Clóvis Moura (1994) define o racismo como arma ideológica de dominação que vai se modernizando de acordo com o tempo histórico e necessidade de dominação. No período colonial foi uma arma que justificou a dominação de um povo, nação nomeada de “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” pelos invasores. Com a passagem do colonialismo para o imperialismo (neocolonialismo), “o racismo é remanejado em sua função instrumental” como ideologia penetrou fundo no pensamento da elite “intelectual”. Para o autor a apreensão da “questão racial” deve ser a partir de uma posição crítica radical, através da reformulação política, da modificação dos polos de poder.

A ideologia do racismo enquanto aparato político e econômico contribuiu para a manutenção da escravidão, o tráfico de africanos e a subjugação ao trabalho compulsório foram imprescindíveis para robustecer o capitalismo. O racismo nasceu do capitalismo. Se o racismo não for entendido no seio das relações sociais do modo de produção capitalista, a possibilidade de sua superação é quase nula (Ianni, 1988).

A branquitude aprofundada nos estudos de Lia Vainer Schucman (2012, p.23) é entendida “como uma posição que os sujeitos que ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente no colonialismo e pelo imperialismo”, em virtude da brancura da pele. A autora ainda pontua sobre a relevância de localizarmos a branquitude como uma construtora de poder em que as desigualdades raciais se ancoram. Fundamentada nos estudos de Cida Bento (2002), Lia Vainer pontua:

“O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia e o branqueamento [...]. Desse modo, a ideologia racial oficial produz um senso de alívio entre os brancos, que podem isentar de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros mestiços e indígenas (Schucman, 2012, p.14).

O branco não se reconhece como um sujeito racializado, mas racializa o outro, o negro é racializado eu não. Eles criaram a raça para dominar, explorar e perpetuam a sustentação do mito da democracia racial, que a autora Maria Helena Elpídeo (2020), associa o uma “cortina de fumaça”, que encobre e naturaliza as desigualdades provocadas pelo racismo, “falseia a condição de cidadania dessa parcela da sociedade por meio do (não) acesso aos direitos e políticas públicas” (s/p, 2020).

O mito de acordo com (Domingues, 2003), é baseado em uma suposta harmonia racial no interior da ordem burguesa, que todas/os/es possuem as mesmas oportunidades, culpabilizando no campo moral a população negra pelas desigualdades experienciadas, ancorando que a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

miscigenação teria sucumbido as desigualdades raciais e criado uma sociedade racialmente democrática.

Kabengele Munanga (2017) explica que o mito da democracia racial sustenta o racismo a brasileira, que em outros países, como nos Estados Unidos, na África do Sul e na Alemanha nazista, o racismo foi institucionalizado e oficializado, a segregação corria aos olhos, enquanto a sociedade brasileira não se afirmar racista. Esta pesquisadora considera que após o recrudescimento de práticas neoconservadoras, fortalecidas pelo reacionarismo no governo de Jair Messias Bolsonaro entre os anos de 2019 e 2022, os sujeitos se sentiram confortáveis e livres para expressarem o racismo em um contexto de barbárie e práticas sexistas, misóginas e LGBTPN+fóbicas.

Clóvis Moura (1994) pontua que todo arsenal “científico” que vinha da Europa sobre a questão racial era repetido no Brasil sem ser filtrado, não porque fosse a “última palavra da ciência”, mas porque já vinha com o julgamento das metrópoles. A ciência neste contexto foi invocada para fortalecer o racismo e a dominação, tomando como exemplo as políticas de branqueamento, Rocha (2014).

O racismo e o eugenismo operam na sociedade na manutenção do poder da burguesia e a superexploração da classe trabalhadora. O pensador inglês Francis Galton entre 1822 e 1911 fundou a ciência eugênica, utilizando a corrente teórica darwinista de Hebert Spencer, objetivando alcançar a melhoria da raça humana e a superação das complexidades sociais.

O movimento eugenista na conjuntura da primeira república brasileira, é uma expressão do pensamento conservador (Góes, 2018), ao passo que havia uma intencionalidade que a nação fosse civilizada padrão europeu, branco e cristão, à vista disso, os juristas e médicos acreditaram que a eugenia melhoraria a raça, branqueariam o Brasil e resolveria as desigualdades sociais.

Dentro desse contexto, a memória³ científica e política da população negra foi escamoteada da história brasileira, “a exclusão da participação das mulheres, indígenas, negros, ciganos, camponeses, operários na escrita da história é parte de um poder que delimita o que deve ser estudado e quais sujeitos devem ser exaltados e qual história deve ser contada” (Silva, 2019, p.52), é urgente que tal demarcação seja questionada e tensionada. Sendo a produção de

³ O termo memória denota na explicação de Dagoberto José Fonseca (2000, p.9) como “parte do processo cultural, legado as gerações futuras, sendo um referencial de preservação, de transformação ou de ressignificação do meio social”. O uso da memória é social, possui conotações distintas que variam de acordo com os interesses dos agrupamentos sociais e do tempo histórico, “é um exercício político, estando em constante mediação com a realidade social, a fim de estabelecerem uma identidade, um elo de ligação, entre os antepassados e o presente” (Fonseca, 2000, p.9).

conhecimento das mulheres negras objeto da pesquisa é silenciada pela colonialidade e subalternizada pela modernidade.

2.2 A produção de conhecimento das mulheres negras no Serviço Social

A profissão de Serviço Social opera na realidade mencionada e possui raízes conservadoras⁴, influenciadas pelos princípios moralistas e religiosos da Igreja Católica, em colaboração com o Estado e a burguesia na fase do capitalismo monopolista. Inicialmente, sob a influência do Serviço Social europeu, a profissão adotava uma abordagem assistencialista, organizando a filantropia de maneira mecanicista e reforçando práticas de controle sobre a classe trabalhadora.

Nas décadas de 1940 e 1950, a importância da profissão foi reconhecida, culminando na regulamentação do Serviço Social em 1957 com a promulgação da Lei nº 3.252 de 27 de agosto de 1957. Em 1962, foram criados o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS)⁵ e os dez Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) por meio do Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962.

No que se refere a pesquisa no interior da profissão, até 1960, conforme aponta Netto (2016), a pesquisa “não era considerada um elemento substantivo nos papéis atribuídos e incorporados pela profissão” (p.18). Contudo, a partir de 1968, durante o período da ditadura e com as transformações políticas e sociais em curso, a contestação aos regimes autoritários estimulou reflexões críticas que evidenciaram a necessidade de uma base teórica e metodológica para o Serviço Social.

Em 1967, surgiu a entidade acadêmica denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS). A partir de 1970, a pesquisa começou a se integrar gradativamente aos espaços de formação. Em 1971, foi fundado o primeiro programa de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Maria Beatriz Costa Abramides (2017) aborda os processos que antecederam a virada de 1979, sob a direção das entidades sindicais das/os assistentes sociais articulado ao movimento sindical classista que despontaram no contexto político das lutas pelos direitos da classe

⁴ No Brasil, as primeiras escolas de Serviço Social começaram a ser estabelecidas no final da década de 1930. A Escola de Serviço Social de São Paulo, atualmente parte da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) foi fundada em 1936, e em 1938 a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foram pioneiras na formação de profissionais da área.

⁵ Com a regulamentação da profissão, (Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993) tem-se a alteração de CFAS/ CFESS e de CRAS/ CRESS.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalhadora e democratização do país. No III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979 em São Paulo e conhecido como "Congresso da Virada" foi afirmado o compromisso da direção social da profissão, o reconhecimento das profissionais inscritas na divisão sociotécnica e futuramente acrescida da divisão racial e sexual do trabalho, em sua condição de assalariamento, firmando o compromisso com as lutas imediatas e históricas da classe trabalhadora (Abramides, 2019).

Esse movimento insere-se em um contexto mais amplo na América Latina, que envolveu a construção de processo de (intenção) de ruptura com o conservadorismo no serviço social brasileiro, que não se encerra nesse marco, mas continua na contemporaneidade frente ao projeto consolidado na organização política com formação crítica e outros projetos que tendem a empurrar a profissão para cariz conservadora dos seus primórdios.

Com a virada de 1979, o Serviço Social fundamentado pela teoria-método marxista e pela criação do Projeto Ético-Político Profissional alcança sua maioria intelectual com a expansão dos cursos de Pós-Graduação e a significativa interação e integração das referências bibliográficas produzidas no campo do Serviço Social com outras áreas do conhecimento, a pesquisa ganha destaque na revisão curricular da categoria em 1980 (Oliveira, 2021).

Os Códigos de Ética de 1986 e 1993 destacam a defesa dos direitos sociais e um projeto anticapitalista, alinhando-se com a classe trabalhadora. Eurico (2013) afirma que "o Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 1993⁶, é o primeiro código profissional do Serviço Social que introduz a questão da não discriminação como um de seus princípios fundamentais, resultado da direção social da profissão instaurada em 1979 e da militância das mulheres negras no interior da categoria.

Em 1996, a ABESS passa a ser chamada de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Centro de Pesquisa em Serviço Social, o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais (CEDEPSS) passou a integrá-la contemplando o ensino e pesquisa.

No mesmo período foi construída as diretrizes curriculares⁷ dos cursos de Serviço Social pela ABEPSS em 1979 integrado a mobilização do coletivo profissional com a participação de

⁶ Os códigos de ética de 1947, 1965 e 1975 refletiram o conservadorismo da profissão.

⁷ O currículo não se restringe à transmissão de conteúdos, ideais e abstrações. Ele diz respeito a experiências e práticas concretas, construídas por sujeitos concretos, imerso nas relações de poder. [...] as narrativas contidas nos currículos explícita ou implicitamente corporificam noções particulares sobre o conhecimento, formas de organização da sociedade, sobre diferentes grupos sociais, sobre sexualidade. Essas narrativas são potentes. Elas dizem qual conhecimento é legítimo e qual é ilegítimo (Silva, 1995, p.136).

docentes, pesquisadores e discentes presentes nos vários fóruns realizados pelo conjunto da categoria em todas as regiões do país (Rocha, 2014). Normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁸ (Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996), aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1982 e implementada a partir de 1980.

Roseli Rocha (2014) descreve que o processo de construção das diretrizes curriculares iniciou na década de 1980 com a necessidade do Serviço Social responder às demandas advindas de uma realidade política de profundas mudanças relacionadas às lutas democráticas travadas ao longo dos anos de ditadura civil militar (2014, p.91).

Foram criados três eixos de fundamentação da formação profissional articulados ao tripé de ensino, pesquisa e extensão, sendo eles: núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social, núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Nas diretrizes curriculares consta a obrigatoriedade do estágio supervisionado e do trabalho de conclusão de curso (ABEPSS, 1996). Cada Instituição de Ensino Superior (IES) ficou incumbida de desenvolver o currículo pleno.

Nas referidas diretrizes foi inserida temática das relação étnico-racial no núcleo de fundamentos na formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Não foi mencionada a relevância da inclusão da produção de conhecimento de autoras e autores negros nas diretrizes e ementas curriculares dos cursos de Serviço Social.

No que tange ao debate étnico-racial, o Serviço Social historicamente refletiu a herança colonial, naturalizando e reforçando o racismo direcionado as/os trabalhadoras/es negras/os, aprendendo as desigualdades de classe, gênero e raça como questões de ordem moral. Essa realidade tem sido modificada por meio do trabalho de assistentes sociais, discentes, docentes e pesquisadores negros e negras, bem como pelos movimentos estudantis e pelas entidades representativas da profissão, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Esse movimento para inserção do debate étnico-racial e a luta antirracista fossem incorporadas pela categoria iniciou em 1980 com a inserção de mulheres negras Assistentes Sociais dos movimentos sociais. As assistentes sociais negras, como Matilde Ribeiro, Elisabete

⁸ No entanto como pontua Roseli Rocha (2014, p.93) o Conselho Nacional de Educação promulga as diretrizes do curso de Serviço Social, “mutilando” os principais elementos que expressavam a radicalidade dos conteúdos construídos coletivamente pela categoria profissional. Tal processo ainda hoje recebe duras críticas da ABEPSS e de outros órgãos de representação da categoria, que defendem uma formação profissional crítica e comprometida com um projeto que busque a construção de uma outra ordem societária.

Aparecida Pinto, Magali da Silva Almeida, Maria Inês Barbosa, Edna Muniz, Suelma Inês Alves de Deus, Maria José Pereira e Fátima Rangel Sant'Anna, foram fundamentais para a inserção do debate étnico-racial e a luta antirracista na categoria profissional e na elaboração de políticas públicas (Almeida; Rocha; Branco, 2019).

Sheila Dias (2023) criou um conceito que representa esse movimento, “audácia epistêmica”, que remete a coragem, ousadia, iniciada pela Maria de Lurdes Vale do Nascimento assistente social negra, entre 1948 e 1950 comandou o jornal Quilombo e no Fala Mulher já abrangia a temática da legalização do trabalho doméstico.

Elisabete Aparecido Pinto foi pioneira em sua pesquisa de conclusão de curso, realizada em 1986, com o título "O Serviço Social e a Questão Racial: Um Estudo do Serviço Social e a Clientela Negra". Com essa pesquisa, ela desbravou, buscando respostas e construindo conhecimento diante de suas inquietações sobre as opressões que afetam a população negra. Sua investigação foi crucial, “um ponto de início” para o fortalecimento e aprofundamento das discussões étnico-raciais no Serviço Social.

Como afirma Elisabete Pinto (2003), o Serviço Social com sua atuação voltada para a transformação social se encontra inserida em uma estrutura racista, ou seja, não tem justificativa para a neutralidade dos profissionais frente questão étnico-racial. Faz-se necessário a apropriação das categorias raça e etnia “para as análises e reflexões nas ciências sociais é fundamental, sobretudo, no Serviço Social, que atua no âmbito das expressões da questão social, atingem prioritariamente, na realidade brasileira, as populações negras e indígenas” (ABEPSS, 2018, p.15).

No que tange os avanços na categoria, em 2010, foi criado o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades", que promoveu uma expansão significativa na sistematização das produções acadêmicas na área das relações étnico-raciais. Este grupo não apenas identificou novas pesquisas e tendências no debate, mas também incentivou novas produções e fomentou a articulação entre diferentes grupos de pesquisa focados no debate étnico-racial.

O posicionamento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) ratifica reconhece as violências coloniais sofridas pela população negra, o racismo enquanto determinante das relações sociais ratifica o compromisso ético político da profissão com a transformação social e eliminação de qualquer forma de opressão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diante da complexidade das relações raciais no Brasil, profundamente desiguais, a aprovação das ações afirmativas no âmbito da Pós-Graduação é uma medida importante, de caráter reparatório, frente às atrocidades cometidas contra a população negra [...] o que se aplica em relação às cotas no nível de Pós-Graduação ao possibilitar a aplicação de medidas que permitam evitar que a discriminação racial ocorra no momento do acesso e durante a permanência deste grupo na universidade (ABEPSS, 2017, p.2).

O Conjunto CFESS-CRESS lançou sua segunda campanha sobre o combate ao racismo, intitulada "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo", a proposta foi aprovada em 2017 durante o 46º Encontro do Conjunto CFESS-CRESS, realizado em Brasília (DF). No entanto, as ações começaram a partir de maio de 2018, período que comemora o dia das/os Assistentes Sociais. Em 2019, o tema da campanha em comemoração ao dia das/os assistentes sociais foi "Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro. A gente enfrenta o racismo no cotidiano!".

A ABEPSS publicou os "Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social" em 2018 objetivando fortalecer a centralidade da questão étnico-racial na formação no tripé ensino, pesquisa e extensão a nível de graduação pós-graduação. Segue os objetivos específicos do subsídio.

- Evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate acerca da questão étnico-racial na formação em Serviço Social, na perspectiva de totalidade;
- Subsidiar conteúdos programáticos aos currículos de Serviço Social para implementação de disciplinas obrigatórias, optativas, laboratórios e oficinas na graduação e linhas de pesquisa e disciplinas na pós-graduação;
- Direcionar e fomentar atividades de educação permanente aos profissionais, docentes e discentes, articulando trabalho e formação;
- Estimular a criação de grupos de pesquisa e de produção de conhecimento na formação graduada e pós-graduada (ABEPSS, 2018, p.12).

Frente o avanço da publicação dos subsídios, consta o arcabouço teórico que o Serviço já construiu sobre o debate étnico-racial, convoca a categoria a apreender a questão racial de maneira aprofundada nas relações de produção e reprodução do capital e não em uma perceptiva culturalista. Não foi mencionado de maneira direta a relevância da inclusão da produção de conhecimento de autoras e autores negros nas diretrizes e ementas curriculares dos cursos de Serviço Social.

No que se refere a inserção do debate étnico-racial a nível nacional através de movimento sociais com profissionais da educação e da sociedade foi promulgada a Lei nº 11.645/2008 e a Lei nº 10.639/2003, a legislação foi promulgada em 9 de janeiro de 2003 e altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) que determina o ensino da história e cultura afro-brasileira seja ministrado em todas as escolas públicas e particulares, do ensino fundamental

até o ensino médio, inclui também a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas. Nos subsídios consta o compromisso da categoria com a implantação da referida lei.

Foi aprovada na Plenária remota em outubro de 2020, a criação Comitês de Luta Antirracista em âmbito estadual, resultante da campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” criados nos CRESS na gestão de 2021-2023. A implementação ocorreu em nove dos vinte e sete Conselhos Regionais. Os representantes dos Comitês participaram do 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado em Maceió (AL) durante o mês de setembro de 2022.

A gestão “Aqui se respira luta!” (2021-2022) apresentou o relatório intitulado de “A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da Pós- Graduação na área do Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)”, no qual foi realizada pesquisa nos 35 (trinta e cinco) Programas de Pós-Graduação em Serviço Social.

No que tange os dados obtidos através dos questionários respondidos pelas/os coordenadoras/es dos programas de pós-graduação, do total 600 (seiscentos) docentes, 71 (setenta e um) são negros/as/es ou indígenas e/ou quilombolas e 529 (quinhentos e vinte nove) não negros/as/es ou indígenas e/ou quilombolas.

Consta no relatório: “outro elemento que é preciso destacar, ainda dentro desse universo de apenas 71 docentes negros/as, indígenas e/ou quilombolas, não foi possível aprofundar o dado da quantidade de docentes por segmentos, isto é, quantos/as negros/as, indígenas e quilombolas” (ABEPSS, 2022, p. 15).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) divulgou em 2022, a pesquisa “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional”⁹. A pesquisa finalizada em 31/12/2019, contou com 44.212 participantes do recadastramento nacional, que corresponde a 25,04% das/os 176.524 assistentes sociais inscritas/os ativas/os no período de coleta de dados.

Das/os 44.212 participantes, 92,92% se identificam com o gênero feminino, 6,97% com o sexo masculino, outras expressões de gênero 0,10%. Do total de participantes, 50,34% se declararam negras(os), com 50,34% e 46,98% brancas(os). Sendo assim, a categoria de assistentes sociais é majoritariamente formada por mulheres negras que se autodeclararam pretas ou pardas.

⁹ Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Entre agosto e outubro de 2023 estão foram realizadas as Oficinas Regionais com o tema "Formação antirracista e projetos societários no contexto da flexibilização do ensino superior" e a nacional¹⁰ foi realizada nos dias 27, 28 e 29 de outubro, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife-Pernambuco. E a plataforma antirracista foi lançada durante o XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS) em 2022 resultado da luta coletiva do CFESS/CRESS e a Frente Nacional de Assistente sociais no Combate ao Racismo.

Frente as avanços, Gonçalves (2018) e Lira (2019), entre outras pesquisadoras, têm destacado e convocado a categoria para reconhecer a invisibilidade da produção de conhecimento das mulheres negras na formação profissional, é importante mencionar a dissertação de Priscila Lira, intitulada "Movimento de Mulheres Negras e o Serviço Social", defendida em 2019 na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e o trabalho desenvolvido pela Dra. Renata Gonçalves, líder do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti (NEHS): Gênero, Sexualidade e Feminismos da UNIFESP, sobre as intelectuais negras, que resultou no dossiê¹¹ da revista Lutas Sociais.

A presença de docentes negras, assistentes sociais e pesquisadoras das relações étnico-raciais tem impulsionado o aumento das pesquisas sobre o tema. Além disso, a entrada de estudantes negras/os/es pelas políticas de ações afirmativas nas universidades públicas, contribui para a ampliação do debate e da produção acadêmica¹². No entanto, observa-se uma resistência dentro da categoria frente à inserção do debate étnico-racial e a não apropriação dos referenciais teóricos de autores e autoras negras, e à integração desses temas nas diretrizes curriculares.

Foi realizada investigação na plataforma de Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (<https://bdtb.ibict.br/vufind/>), utilizando os descritores: "produção do conhecimento das mulheres negras nas ementas dos cursos de graduação em Serviço Social", "produção de conhecimento das mulheres negras no Serviço Social" e "referencial teórico das mulheres negras no Serviço Social". Não foi encontrado teses e dissertações que abordassem a temática.

¹⁰ Indicação da mesa 3 do dia 28/10/2023, com o tema ENCONTRO PARA UMA FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=boev05dz_54&t=2403s.

¹¹ Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/2845>.

¹² Apesar de todos os esforços, ainda persiste um enorme fosso quando olhamos para o conjunto de produção teórico-metodológica da área sobre as relações étnico-raciais. Fundamentalmente, o Serviço Social continua a olhar para a Europa e a tratar as classes sociais de forma abstrata, sem considerar o racismo e o patriarcado como instrumentos ideológicos de dominação opressão e, logo, como estruturantes da exploração capitalista de classe. Infelizmente, ainda são poucos os cursos de graduação e pós-graduação que inserem em suas matrizes curriculares os estudos sobre as relações étnico-raciais numa perspectiva crítica (Eurico; Silva; Passos, Gonçalves, p.15-16, 2022).

A pesquisadora analisou também os anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) de 2022 (<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/paginas/enpess-2022>), considerando que é um espaço relevante para a socialização da produção de conhecimento da categoria. Utilizando os mesmos descritores mencionados anteriormente nas categorias de mesa coordenada, apresentação oral e pôster, não obteve resultados.

Existem lacunas significativas nos estudos que evidenciam o acesso tardio das mulheres negras à educação, que são reflexo das condições sociais, econômicas e históricas, bem como do racismo, da exploração capitalista e do legado colonial vigente. Sendo assim, o reconhecimento das produções teóricas das mulheres é demorado e as violências que perpetuam o ingresso e a permanência no ensino superior e na Pós-Graduação são persistentes.

A ausência de mulheres negras em cargos de gestão e a falta de representação simbólica, bem como a solicitude acadêmica, especialmente das que vieram antes, refletem processos enraizados nas contradições da sociedade capitalista e no legado colonial. A pandemia agravou e escancarou as desigualdades, tornando o acesso e a permanência ainda mais desafiadores, incluindo as condições objetivas como falta de recursos essenciais, como computadores, internet e um ambiente de estudo adequado e silencioso.

No interior das universidades o processo de silenciamento das produções das mulheres negras envolvem as reitorias, comissões e grupos de trabalho, agências de fomento, revelando o pacto que perpetua nos atravessamentos para que as mulheres negras não ingressem e também não avancem no ambiente acadêmico, na ocupação de cargos de gestão, docência e demais espaços considerados de visibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história do Serviço Social foram raras as vozes que interromperam o “silêncio” do mito da democracia racial brasileira para denunciar e posicionar-se sobre a emblemática questão étnico-racial, seja em caráter de denúncia ou posicionamento. E, quando presentes, tais vozes não foram ampliadas. Ao contrário, são vozes que costumeiramente foram invisibilizadas e, desse modo, houve um reforço do racismo na sociedade. No caso da mulher negra, sua história e trajetória ainda não foi narrada com a devida seriedade e essa invisibilização não deve ser a marca da profissão. Ou rompemos ou compactuamos com ela (Lira, 2019, p.115-116).

Há resistência, movimento, construção e a partir do conceito de quilombo como espaço simbólico do corpo em movimento, Nascimento (2021), é possível inferir que a presença das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mulheres negras na universidade, produzindo conhecimento no Serviço Social, sendo inseridos no processo de formação das/os futuras/os/es assistentes sociais é um movimento de rebeldia política de quilombagem¹³, de construção de representação simbólica, de continuidade cultural e de memória para além da história única¹⁴.

Maria de Lurdes Vale do Nascimento, Elisabete Aparecido Pinto, Magali de Almeida, Mabel, Claudia Alves Durans, Angela Ernestina Cardoso, Maria Zelma de Araújo, Renata Cristina Gonçalves, Tereza Cristina Santos Martins, Valdenice José Raimundo, Roseli Rocha, Maria Helena Elpidio, Márcia Campos Eurico, Priscila Beralda, Ana Paula Procópio, Malú Ribeiro Vale, Rachel Gouveia, Qellia Rocha, Tais Pereira, Cristina Souza Sabino, Sheila Dias, Maria Cristina (in memoriam), Kajali Lima Vitorio, Vanessa Saraiva e muitas outras, esta pesquisadora saúda as mais velhas, as que vieram antes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro: Ruptura com o Conservadorismo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA, Magali Silva; EURICO, Márcia Campos. **Ação afirmativa para negras/os na Pós-Graduação Brasileira: contribuições do Serviço Social ao debate sobre o acesso e permanência**. In: Racismo Institucional e Serviço Social. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

CARULA, Karoline; MARÍLIA, B. A. **Escravidão e maternidade no mundo atlântico: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Eduff, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹³ A quilombagem é utilizado por Clóvis Moura (1989) como um movimento de rebeldia permanente de resistência negra, fenômeno estrutural da sociedade escravista. As raízes do movimento quilombagem está no quilombo definido pela autora Beatriz do Nascimento (2021) como uma continuidade histórica, "territórios de liberdade" para além do sistema escravista colonial e imperial. Tal movimento não era endógeno apenas no interior do quilombo, mas se ampliava, associando as insurreições urbanas, consolidando a práxis analítica negra contra a cultura dominante.

¹⁴ Chimamanda Ngozi Adichie (2018) nos alertava sobre o perigo da história única, a população negra não é a versão da histórica contada pelos invasores, sendo necessário remanejar para versão da história afrodiaspórica.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DIAS ALMEIDA, Sheila. Ações afirmativas e a reconfiguração do espaço acadêmico no Brasil. **Temporalis**, v. 24, n. 47, p. 150–171, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44199>. Acesso em: 10 julho. 2024.

ELPIDIO, M. H.; ROCHA, R. Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em serviço social. **Temporalis**, online, v. 18 n. 36, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23060>. Acesso em: 15 out. 2020.

EURICO, Márcia Campos; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; PASSOS, Rachel Gouveia; GONÇALVES, Renata. **Antirracismos e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022.

FONSECA, Dagoberto José. **Professoras negras: Mulheres, acadêmicas e intelectuais**. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. v. 1. 292p.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **Revista Poiésis**, v.12, n. 22 p. 350-367, Jun/Dez 2018. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/7358>. Acesso em: 10 dez. 2022.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.

hooks, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, nº 2, 1995. pp. 464- 478. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 10 maio. 2022.

hooks, Bell. **Eu não sou uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo**. 12.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

LIRA, Priscila Lemos. **Movimento de mulheres negras e o Serviço Social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, 2019.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, p. 28-38, ago./set./out. 1994.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **As ambiguidades do racismo à brasileira**. In: KON, N.M.; SILVA, M.L.; AB-UD, C.C. (Orgs.). O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: tendências teórico metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária** - 2021. 227f.: il. Tese (Doutorado em Serviço Social) -Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial**: um estudo de sua relação com usuários negros. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 99. São Paulo: Cortez, 2009.

ROCHA, Roseli. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social**: avanços e desafios. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Vozes, 1976.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.